

# O adoecimento docente e a readaptação funcional dos servidores públicos no município de Juiz de Fora

Alessandra Damasceno Franck Coelho\*  
Elizangela Barroso Figueiredo de Sá\*\*

## Resumo

O artigo traz uma análise dos rebatimentos das transformações da sociedade capitalista e suas consequências no mundo do trabalho, tendo como foco de estudo a saúde do trabalhador docente no município de Juiz de Fora, vinculados a Secretaria Municipal de Educação, que estão em processo de afastamento/readaptação funcional no Departamento de Ambiente Organizacional (DAMOR). Através da pesquisa em campo realizada neste departamento e a partir de uma análise crítica dos dados levantados, buscamos uma maior compreensão da relação trabalho/saúde do trabalhador nos moldes da reestruturação produtiva, e como ocorre o processo de readaptação funcional do professor adoecido, apontando as causas do seu adoecimento e as interferências no bem-estar físico e mental.

**Palavras-chave:** adoecimento; professor; readaptação funcional.

## The teaching illness and functional rehabilitation of the public servants in the city of Juiz de Fora

## Abstract

The article presents an analysis of the repercussions of the transformations of capitalist society and its consequences in the world of work, focusing on health of the teaching worker in the city of Juiz de Fora, linked to a Municipal Department of Education, who are in the process of removal functional in readjustment in the Organizational Ambiente Department (DAMOR). Through field research conducted in this department and based on a critical analysis of the data collected, we seek a greater understanding the worker's / health worker relationship in molds of productive restructuring; and how the process of functional readaptation of the teacher, become ill, pointing out the causes of his illness and the interferences in the well being physical and mental.

**Keywords:** illness; teacher; functional readaptation.

Recebido em: 22/04/2019  
Aprovado em: 27/06/2019

\* Bacharel em Serviço Social, UFJF/ email: alessafranck@yahoo.com.br/

\*\* Bacharel em Serviço Social, UFJF/ email:barrosofigueiredo@yahoo.com.br

## **Introdução**

A saúde do trabalhador é uma área da saúde pública que objetiva o estudo e a intervenção da relação entre o processo de trabalho e a saúde. Entre os determinantes da saúde do trabalhador estão compreendidos os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis pelas condições de vida e os fatores de riscos ocupacionais e os decorrentes da organização laboral, presentes nos processos de trabalho e contemplam as relações saúde - trabalho em toda sua complexidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

Sabemos que o processo de reestruturação produtiva e a globalização da economia de mercado têm acarretado mudanças expressivas na organização do trabalho. A exigência por maior produtividade em tempo reduzido, a redução do contingente de trabalhadores, o aumento e a complexidade de tarefas, além de expectativas irrealizáveis, podem gerar relações tensas e um ambiente hostil, fatores estes determinantes no adoecimento do trabalhador em sua relação com o trabalho.

Para fins de elaboração deste artigo foi realizada uma pesquisa em campo no Departamento de Ambiência Organizacional, mais precisamente em seu Departamento de Serviço Social, onde se localizam os prontuários e relatórios dos servidores. Utilizamos de uma pesquisa qualitativa, com aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas que foram preenchidas a partir das informações colhidas em prontuários e relatórios sociais e psicológicos.

Foi a partir de uma análise crítica da coleta de dados realizada na pesquisa a campo, associada ao nosso embasamento teórico, que nos permitiu compreender a relação trabalho/saúde do trabalhador no modo de produção capitalista e entender como se dá o processo de readaptação funcional do servidor adoecido e afastado.

## **Trabalho e o modo capitalista de produção: seus reflexos na contemporaneidade**

Segundo as análises de Marx, no modo de produção capitalista o trabalho assume uma dualidade, ao mesmo tempo, que é uma necessidade para que haja uma relação entre humanidade e natureza, nos moldes do capital, ele se torna alienado e fetichizado, “então, o trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis, subordina-se ao trabalho abstrato, assalariado e estranhado” (MARX, 1971 e 2004 *apud* ANTUNES, 2009, p. 265).

Assim, o ato laborativo pode ser tanto instrumento de liberação como de escravidão, pode criar como subordinar, emancipar como alienar e etc., o que o define é o modo de vida, de produção e da reprodução social na qual está inserido. Sobre o fenômeno da alienação, Netto e Braz (2012) nos fala:

Conforme as estruturas sociais em que se inserem a atividade dos homens, a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. Nessas condições, as objetivações, ao invés de se revelarem aos homens como a expressão de suas forças vitais, impõem-se a eles como exteriores e transcendentais. Numa palavra: *entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador* (NETTO e BRAZ, 2012, p. 56).

De acordo com os autores, este processo da alienação é próprio de sociedades onde possuem como vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, quer dizer sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence e nas quais o trabalhador é expropriado. Em suma: sociedades estas que existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem.

[...] o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação [...] (MARX, 2004, p.80).

Iamamoto (2014), afirma que “a relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção” (IAMAMOTO, 2014, p. 36). No modo de produção capitalista, o capital se expressa através da mercadoria e dinheiro, e acabam por influenciar as relações sociais, que passam a se tornarem relações entre produtos, pois ao estabelecerem a troca de seus trabalhos, que se materializam nos objetos, as relações sociais entre as pessoas se tornam “relações materiais entre pessoas em relações sociais entre coisas” (MARX, 2012, p. 95), e independentes de seus produtores, ou seja, uma relação social direta do indivíduo com o seu trabalho.

Neste processo de dominação, o trabalho se encontra submetido ao controle capitalista, detentor da força de trabalho e proprietário do produto do trabalho. O trabalhador sai da sua jornada da mesma forma como ingressou, como mera força de trabalho, que promove riqueza para outros. São criadas assim, bases materiais para a consolidação da organização de uma sociedade pautada na

exploração e no acúmulo de capital, num sistema contraditório que se materializa na luta de classes, num antagonismo de interesses.

Segundo Antunes (2009), o sistema de metabolismo social do capital originou-se como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. O capital constitui uma forte estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os homens, devem se adaptar.

Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2009, p. 28).

O mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, é marcado pela flexibilização no modo de produção, se caracteriza pela expansão do trabalho assalariado, parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado, marcado por constantes regressões de direitos sociais.

A reestruturação produtiva resultou na implantação de um modo de produção, uma nova cultura e ações políticas inspiradas pelos ideais neoliberais no mundo do trabalho. No intuito de buscar flexibilizações no âmbito da produção, que contempla as tecnologias, políticas, processo de trabalho, etc., e também, nas condições de trabalho e nos direitos adquiridos e firmados pelo Estado a favor da classe trabalhadora (FREIRE, 2010). “Nesse novo cenário, o mercado de trabalho é atingido, rompendo-se o relativo e tenso equilíbrio anterior entre capital, trabalho organizado e Estado” (HARVEY, 1994, p.125 *apud* FREIRE, 2010, p. 36).

Em conformidade com Freire (2010), Abramides (2003), Antunes (2010), o poder destrutivo desse processo de flexibilização tem acarretado numa série de perdas para o trabalhador, a saber: a perda massiva de empregos; a fragmentação da classe trabalhadora; o enfraquecimento do poder sindical, e por fim, as múltiplas tarefas que exigem do trabalhador uma atuação polivalente e multifuncional trazendo consigo a sobrecarga e o desgaste físico e mental exacerbado.

O desemprego estrutural e a precarização das condições de trabalho é característico dessa fase contemporânea, do trabalhador é exigido cada vez mais uma qualificação e aperfeiçoamento voltados para adentrar no mercado. Essas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho interferem na saúde do trabalhador, que diante do desemprego estrutural e crise do capital, se veem obrigados a buscar alternativas de trabalho em condições muito precárias e “como consequência a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informatizado etc.” (ANTUNES, 2009, p.105).

De acordo com Freire (2010), a reestruturação produtiva em sua totalidade, tem alterado as relações sociais no mundo do trabalho, provocando a desestruturação social que se expressa nas perdas sociais e na mutilação do corpo, mente e capacidade de luta do trabalhador que sofrerá profundos impactos nas suas condições e espaços de trabalho.

Portanto, entender a saúde do trabalhador em sua mais ampla dimensão, abarca uma compreensão aprofundada das relações sociais e a divisão social e técnica do trabalho, no qual a saúde está inserida. Ainda se faz necessário desenvolver uma consciência crítica capaz de discernir que no capitalismo a classe trabalhadora é afetada pelo:

[...] caráter destrutivo do capital, em sua estrutura orgânica metabólica de relação dos homens entre si e com a natureza, em que a propriedade privada dos meios de produção, a superexploração da força de trabalho, e o Estado a serviço da ordem burguesa determinam um viver e um morrer [...] (ABRAMIDES E CABRAL, 2003, p. 7).

## **O reflexo do modo de produção capitalista no sistema de ensino e seus impactos no trabalho docente no Brasil**

Segundo Oliveira (2004), as reformas educacionais adotadas no projeto neoliberal, orienta e exige formas mais modernas e flexíveis no planejamento e na gestão do ensino pautadas em dois pilares: Planejamento e eficiência. Para serem alcançados é necessário que se estabeleça critérios de controle dentro e fora da escola, enquadrando todo ensino-aprendizado, ou seja, toda produtividade escolar às necessidades do mercado de trabalho. O professor e toda a escola são submetidos a um processo de fragmentação e perda de suas individualidades e de suas referências experienciais.

Essas mudanças e modificações influenciaram diretamente as formas de organização e gestão nas instituições de ensino e alteraram as relações de poder ali existentes, com consequências que evidenciam as contradições do modo de produção capitalista, que impõem novos padrões de vida e trabalho e se estendem até a relação saúde-doença, nesse caso, especialmente, do docente (ANDRADE, 2007).

A partir da promulgação da lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, a sobrecarga imposta à gestão na condução de todo o processo educacional sinalizou um árduo trabalho docente, que na tentativa de uma gestão democrática, cujos padrões foram pré-estabelecidos por lei, só demonstrou a fragilidade desse sistema, pois a realidade concreta foi incapaz de satisfazer o previsto legal, as carências são notórias e os objetivos estão longe de serem contemplados.

As reformas educacionais foram responsáveis pelos profundos impactos à escola e à vida dos docentes, estas transformações certamente afetam não somente os relacionamentos estabelecidos entre si, mas também contribuem para as diversas formas de existências que são produzidas, em destaque a correlação saúde-doença (MINAYO, GOMES E BARROS, 2002 *apud* ANDRADE, 2007).

A definição de estratégias promovida pela reforma e suas políticas educacionais em consonância com as diretrizes do atual processo de reconfiguração do capital, implicam em profundas modificações na estrutura e funcionamento das escolas e “provocam instrumentos no trabalho do/a educador/a podendo gerar diferentes manifestações de mal estar ou adoecimento” (ANDRADE, 2007, p. 35); e irão atingir as funções e objetivos da escola, que estão moldados em uma conformação social fundada pela inserção de novos valores e paradigmas de produção do sistema acumulativo de capital.

A partir de então é condicionado ao profissional da educação um novo perfil, com novas demandas de formação e trabalho, carecendo deste trabalhador um maior esforço para responder tais desafios propostos.

De acordo com Alvarenga et. al (2006), o trabalho docente requer também adequação às novas exigências impostas pelas inovações tecnológicas e o Estado com sua política educacional intervém procurando instituir mecanismos que induzam os professores a adequarem as atividades inerentes à profissão de acordo com os resultados estabelecidos pelos parâmetros do mercado.

Essa retórica neoliberal estabelece argumentos que imputam responsabilidades ao professor pelos resultados dos programas da reforma educativa, principalmente pelo insucesso obtido. As políticas educacionais implicam em mudanças significativas no âmbito escolar, na sua organização e estruturas hierárquicas e em toda rotina escolar, com exigências de procedimentos mais modernos e tecnológicos além da abertura ao trabalho coletivo e interativo com a comunidade.

Todas essas mudanças implicam e geram sobrecargas expressivas na tentativa de manter um bom funcionamento escolar independente de todas e quaisquer dificuldades encontradas. Esta sobrecarga advinda de exigências e cobranças recai sobre a figura do professor, da gestão e coordenação. São submetidos a essa intensificação e desgaste físico e emocional, que por vezes refletem em sua saúde.

Assim, o professor que tinha como função transmitir o conhecimento torna-se um profissional reflexivo, mediador do conhecimento, multifuncional ou polivalente, ou seja, aquele que realiza inúmeras funções que extrapolam a sala de aula, afetando assim, sua integridade física,

psíquica e emocional, devido a todos esses desgastes sofridos pelas exigências postas ao profissional.

Este cenário sinaliza a necessidade de entender a saúde do trabalhador de uma forma mais ampla, cuja compreensão do lugar no qual o sujeito ocupa na produção capitalista é determinante para compreender seu processo de saúde/doença.

Diante do exposto até aqui, nos atentaremos adiante ao processo de readaptação funcional realizado no DAMOR (Departamento de Ambiência Organizacional), cujo objetivo é a reintegração ao quadro de funcionários, os servidores efetivos que se afastaram temporariamente das suas funções, por problemas de saúde físico e/ou mental.

## **DAMOR/ Readaptação Funcional**

O DAMOR é uma instituição pública do município de Juiz de Fora, subordinada diretamente a Subsecretaria de Pessoas (SSP) da Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Encontra-se dividido nas seguintes supervisões: Supervisão II de Atendimento e Promoção da Saúde do Servidor (SAPSS); Supervisão II de Medicina do Trabalho e Perícias Médicas; Supervisão II de Acompanhamento Psicossocial do Servidor (SACOMPS); Supervisão II de Previsão e Segurança do Trabalho (SPST).

Possui como função a prestação da assistência ocupacional aos servidores municipais, a fim de promover a melhoria das relações interpessoais, nas condições de vida, de trabalho e na segurança do ambiente organizacional. Os trabalhos de prevenção, promoção e tratamento da saúde do trabalhador são desenvolvidos por uma equipe multiprofissional composta por: médicos, peritos, psicólogos, engenheiro de segurança no trabalho, assistentes sociais, técnicos administrativos, de planejamento, informática e segurança no trabalho.

É regido internamente pela Resolução nº 001/04-DARH, que regulamenta sua organização e atribuições, que visa à promoção de uma cultura de qualidade de vida entre os servidores, com ênfase na promoção das reações interpessoais, nas condições de vida e de trabalho e na segurança do ambiente organizacional, integrando-os ao seu ambiente de trabalho e aprimorando os processos de trabalho relacionados à concessão dos benefícios relacionados à saúde do servidor.

O Departamento de Acompanhamento Psicossocial do Servidor, no qual está inserido o assistente social, tem como principais objetivos realizar estudos, pesquisas e pareceres sobre o perfil socioeconômico do servidor municipal, bem como atuar em programas, campanhas e treinamentos de educação social e saúde coletiva. É realizado também orientações individuais e coletivas e a



coordenação de grupos de tratamento e prevenção à saúde do servidor; orienta e acompanha procedimentos em relação aos benefícios previdenciários junto ao INSS.

Dentre as intervenções realizadas pelos assistentes sociais em conjunto com a equipe multiprofissional, damos destaque a: Readaptação Funcional; Licença para Tratamento de Pessoa da família (LTPF); Programa de Tratamento do Tabagismo; Redução de carga horária; Reversão de aposentadoria por invalidez.

A Readaptação Funcional é um direito garantido pela Lei N°8710, de 31 de julho de 1995 e dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos da administração direta do Município de Juiz de Fora, de suas autarquias e fundações públicas, tem por objetivo a reintegração ao quadro de funcionários, os servidores efetivos que se afastaram temporariamente das suas funções por problemas de saúde físico e/ou mental.

O nosso objetivo é de analisar os rebatimentos das transformações da sociedade capitalista sobre a saúde do trabalhador docente do município de Juiz de Fora que estão em processo de afastamento/readaptação funcional no DAMOR e buscar uma compreensão sobre seu adoecimento nos moldes da reestruturação produtiva.

Para isso, a metodologia empregada nesta pesquisa foi uma atividade de campo através de uma pesquisa qualitativa, por meio de coleta de dados com questionário de questões abertas e fechadas que seriam preenchidas a partir das informações fornecidas pelos prontuários e relatórios sociais e psicológicos, sempre respeitando o sigilo das informações e preservando a todo o momento a identificação dos servidores, na busca de encontrar elementos materiais que consolidasse a relação teoria e prática.

Fizemos ao todo três visitas a instituição, devidamente agendadas com os responsáveis pelo setor. Nos 22 prontuários analisados constam todos os dados e documentos pessoais dos servidores, além dos atestados médicos, relatórios sociais e psicológicos, ou seja, contém todas as informações de seu tempo de serviço desde sua nomeação em cargo público. Nos dividimos na coleta das informações e depois nos reunimos para analisar os dados dos mesmos. Lembrando que todo esse trabalho foi realizado na sala do Serviço Social, sendo que em uma das visitas contamos com a presença de uma assistente social que nos esclareceu alguns pontos importantes para nossa pesquisa. Nosso acesso foi livre em todos os departamentos da instituição, o que muito contribuiu para o sucesso de nosso trabalho.

O acesso à legislação que norteia o servidor público foi de fundamental importância para ampliar nosso conhecimento e fundamentar nossa análise crítica. A Lei 8710 de 31 de julho de



1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta do Município de Juiz de Fora, de suas autarquias e fundações públicas, tem por objetivo assegurar ao servidor “identidade de critérios de recrutamento, de provimento, de desenvolvimento na carreira, de retribuição, de auferimento de vantagens e direitos, de submissão a deveres e atribuição de responsabilidades” (LEI 8710/95).

O servidor público municipal também é regido internamente pela Resolução nº001/04-DARH, que regulamenta sua organização e atribuições, visando à promoção de uma qualidade de vida entre os servidores, com ênfase na promoção das reações interpessoais, nas condições de vida e de trabalho e na segurança do ambiente organizacional, integrando-os ao seu ambiente de trabalho e aprimorando os processos de trabalho relacionados à concessão dos benefícios relacionados à saúde do servidor.

**Tabela 1:** Relação de secretarias que apresentam servidores adoecidos e encaminhados ao setor de readaptação funcional

<b>Secretarias</b>	<b>Números de servidores adoecidos</b>
Educação	23
Saúde	27
Obras	1
Recursos Humanos	5
Atividades Urbanas	1
Segurança e Cidadania	1
Total	58

**Fonte: DAMOR e elaboração própria (2018)**

Lembramos que dos 23 servidores vinculados a Secretaria da Educação, 22 exercem a função de professor e 1 de secretário escolar. Esse número expressivo de adoecimentos na Secretaria da Educação, visto que em sua totalidade exerce a função de professor, nos direcionou para um levantamento de dados que pudessem nos fornecer elementos qualitativos e quantitativos para uma análise crítica dessa realidade.

Esses dados nos alertaram sobre a importância de pensarmos no Educador e da necessidade de se desenvolver estudos que contemplem a relação saúde/trabalho na contemporaneidade e o reflexo da intensificação e precarização das condições de trabalho em sua saúde mental e no seu bem estar físico, social e profissional.

## **Análise dos dados**

O servidor público que se encontra afastado por limitação física ou mental é convocado para avaliação pericial por junta médica, de acordo com o artigo:

Art.2 - Para que ocorra a readaptação funcional do servidor observar-se-á o seguinte:  
I - A limitação física ou mental será consignada em laudo médico pericial produzido por junta médica oficial interdisciplinar, composta de três médicos designados pelo chefe do Departamento de Ambiente Organizacional, sendo que um destes deverá ser especialista na área relativa ao problema de saúde apresentado pelo servidor que, se necessário, deverá ser convocado mediante solicitação encaminhada à Secretaria de Saúde desse município (DECRETO 10.163, p. 1 e 3, 2010).

A junta médica emite laudo médico pericial informando se o caso é de readaptação ou de restrição, no caso específico de nossa pesquisa em campo, todos os docentes eram restrição funcional, ou seja, não havia mudança de cargo, o servidor passaria somente a exercer outra função, porém permanecendo no mesmo cargo, de acordo com Lei 8112/90, cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser acometidas a um servidor. Já função é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

A fim de esclarecimento, quando há mudança de cargo, o servidor é enquadrado em nova carreira e é elaborado e publicado ato referente ao novo enquadramento do servidor, através de portaria, e obrigatoriamente deve permanecer no novo cargo durante 5 (cinco) anos, motivo pelo qual muitos servidores que estão adoecidos e possivelmente seriam enquadrados em readaptação, abdicam desse direito por se encontrarem próximos a aposentadoria.

Após definido se adoecimento é restrição ou readaptação, o servidor é direcionado a equipe psicossocial, que ao tomar ciência do laudo, ficará responsável por avaliar o servidor e emitir relatório social e psicológico (quando necessário). Finalizados, os relatórios e o laudo pericial serão encaminhados ao DPAC (Departamento de Quadro de Pessoas) que definirá juntamente com a unidade administrativa de origem do servidor, a possibilidade ou não de mantê-lo, caso não haja o interesse, é de responsabilidade do DPAC em providenciar outra lotação. Definida a nova função do servidor, é encaminhado o expediente ao DAMOR.

A Assistente Social fica responsável por agendar um horário com o servidor para orientá-lo e dar ciência a todo processo referente à sua situação funcional e também agendar com o médico supervisor, responsável pela readaptação funcional, para que este analise se a nova função é compatível com a sua restrição funcional. O Servidor assina o documento da alta e é marcada uma data para início de suas atividades laborais. Porém o processo da readaptação ainda não

finalizou, o servidor ainda será acompanhado pela equipe psicossocial que fará 3 (três) avaliações para verificar a satisfação do servidor e se estão sendo respeitadas as restrições funcionais.

No levantamento de dados, verificamos 22 docentes em processo de Readaptação funcional, desses 22 servidores em processo de readaptação 18 são mulheres, 3 são homens e 1 mulher transgênero. Verificamos um número bem acentuado de mulheres adoecidas que estão em readaptação em comparação aos homens, o que nos cabe uma reflexão.

Vale mencionar que o público feminino possui a jornada doméstica de trabalho, uma vez que “numa sociedade patriarcal e machista como a nossa, a mulher, além do seu trabalho profissional fora de casa, assume ainda e, muitas vezes sozinha, todos os afazeres/responsabilidades domésticos” (SILVA; ROSSO, 2008). Cabe dizer também do trabalho extra realizado em casa, muitas vezes não contabilizado em seu salário o qual nos referimos a preparação das aulas, elaboração e correção de exercícios, provas e testes.

Percebe-se então no contexto histórico a ampliação da presença das mulheres no mercado de trabalho no final do século XX, principalmente no sistema educacional estendendo esta presença não só no nível primário de ensino, e sim em todos os outros níveis. E em suma, podemos afirmar que justifica a presença massiva de professoras adoecidas em nossa pesquisa, pelo fato das atividades assumidas pelas mulheres trabalhadoras na educação.

O docente é um trabalhador assalariado, tanto na instituição de ensino pública quanto na privada, ressaltando que, de forma geral, na primeira, os salários são relativamente mais baixos. As constantes perdas salariais fizeram com que estes profissionais buscassem outras saídas sendo que, uma delas tem sido a ampliação da jornada de trabalho no intuito de conseguir um equilíbrio econômico em seu orçamento (SILVA; ROSSO, 2008).

A dupla e/ou tripla jornada de trabalho acarreta sérios problemas de saúde ao trabalhador como fadiga, hipertensão arterial, sobrecarga psicológica, depressão, ansiedade, e etc., sobretudo devido ao fato da diminuição das horas que deveriam ser dedicadas ao lazer e ao descanso.

Todo esse adoecimento supracitado acima acarretado pela sobrecarga e a intensa jornada de trabalho que têm gerado consequências sérias na saúde do professor, nos direcionou a atentar sobre o levantamento de dados sobre a quantidade de vínculos que os docentes pesquisados possuíam.

Dos 22 docentes adoecidos pesquisados, mais de 70% possuem outro vínculo empregatício, provavelmente para complementar a renda. Dos professores citados, 7 (sete) trabalham na mesma instituição como contratado (CLT) e 9 (nove) trabalham em outra instituição escolar, seja pública

ou particular, sendo que em alguns casos precisam lidar com o deslocamento de uma escola a outra, arcando com os custos e gerenciamento de seu tempo.

Os docentes que possuem dois vínculos empregatícios, só terá o direito de se afastar para tratamento de doença e conseqüentemente a readaptação funcional, o servidor efetivo, ou seja, é garantido somente para aqueles efetivados por concurso público, portanto, seu outro vínculo empregatício no qual é regido pela CLT, resta-lhe a opção de trabalhar mesmo adoecido ou desvincular-se dele.

A Regência de aula contemplou a restrição do maior número dos 22 docentes adoecidos, sendo que os motivos que levaram ao adoecimento 9 (nove) relataram relações interpessoais, principalmente com os alunos; e 3 (três) estão com limitações nas cordas vocais e estão impedidos de fazer esforço vocal. Esforço e repetitividade com os membros superiores e coluna vertebral são limitações de 6 (seis) docentes; e por fim, 4 (quatro) com Restrição para atividades que sobrecarreguem os membros inferiores.

Em análise aos motivos do afastamento que levaram a readaptação funcional, problemas emocionais e psicológicos contabilizam 10 docentes; Disfonia e/ou afonia 3 (três) docentes; problemas nos membros superiores (ombro e punho) e/ou coluna vertebral 8 (oito) docentes; e problemas nos membros inferiores (calcanhar e joelho) 3 (três) docentes. Porém, daqueles que sofreram adoecimentos físicos, 6 docentes apresentaram em algum momento problemas emocionais e psicológicos, o que nos alerta para o grande número de adoecimento mental.

Devemos atentar ao fato de que a maioria dos 22 docentes adoecidos que pesquisamos, seus problemas de saúde estão relacionados a doenças psíquicas e/ou emocionais, sendo que dos 6 (seis) trabalhadores adoecidos fisicamente em algum momento tiveram problemas emocionais.

Este fato nos chama atenção, uma vez que além do docente enfrentar fatores estruturais devido às condições de trabalho às quais é exposto, ele precisa lidar com seus interesses e necessidades pessoais, problemas familiares, frustrações, medos, inseguranças que influenciam negativamente em sua qualidade de vida e saúde.

Outro fator de suma importância e que deve ser atentado é o enquadramento do servidor no Artigo 115 da Lei 8710, que se refere:

Art. 115 - Além das ausências ao serviço previstas no art. 113 são considerados como de **efetivo exercício** os afastamentos em virtude de: I – férias; II - abono médico, até 3 (três) dias no mês; III - participação em programa de treinamento regularmente instituído; IV - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal; V - júri e outros serviços obrigatórios por lei; VI - licença: ...c) **para tratamento da própria saúde quando decorrente de acidente em serviço...** (LEI 8710/95).

O adoecimento dos docentes que estão em readaptação, 8 (oito) foram enquadrados como doenças ocupacionais e 14 (quatorze) não foram. Esses dados são preocupantes, por que o artigo em questão garante ao servidor, que está afastado de suas atividades laborais, como se estivessem de efetivo exercício, e portanto, a garantia de outros direitos, a exemplo, contagem a fim de aposentadoria, dentre outros.

Os docentes ainda precisam estar orientados, se a nova função designada trará prejuízo em seu orçamento, pois apesar da garantia no artigo 2, inciso IV, que afirma “readaptação não poderá acarretar, em hipótese alguma, alteração do vencimento do servidor” (DECRETO 10.163/2010), muitos docentes possuem gratificações e adicionais, e em alguns casos previstos em lei, não serão incorporados em seu vencimento. A exemplo, temos professores que possuem acréscimos em seu vencimento por exercer sua função em zona rural, ao mudar de função, o mesmo perde esse adicional e, por conseguinte, seu salário sofrerá um decréscimo, dentre outros adicionais: Magistério em classe de alunos especiais; IX - gratificação por exercício de chefia; X - função de direção ou assessoramento. (LEI 8710, 1995).

Compreendemos que a reorganização estrutural do trabalho docente e as políticas educacionais neoliberais geraram uma condição de trabalho, carreira e remuneração frágil aos professores. A precarização somada com a jornada de trabalho desses professores e os compromissos assumidos pelos mesmos, acarreta uma perda na qualidade de seu trabalho e interfere negativamente na sua saúde, visivelmente percebidos pelo número de afastamentos por motivos de doenças encontrados nesta pesquisa.

A sobrecarga e a intensa jornada de trabalho, sejam pela dupla e/ou tripla jornada de trabalho, acarretam sérios problemas de saúde ao docente como fadiga, hipertensão arterial, sobrecarga psicológica, depressão, ansiedade, e etc., sobretudo pela falta de momentos dedicados ao de lazer e descanso.

Diante de todas essas pressões exercidas sobre o docente, é preciso ter um olhar diferenciado para todas essas relações de trabalho no modo de produção capitalista, principalmente em sua fase mais contraditória e antagonica. A ampla dimensão que envolve a saúde do professor em sua totalidade, abarca uma compreensão aprofundada das relações sociais e a divisão social e técnica do trabalho, no qual este trabalhador está inserido.

## Considerações finais

As profundas mudanças ocorridas na produção, economia e na política, principalmente a partir da década de 1990, no Brasil, desencadearam uma forte reestruturação, tanto nos processos de produção, quanto nas relações de trabalho. O resultado dessas mudanças foi a implementação de um modo de produção flexível e a introdução de políticas neoliberais, que trouxe consigo todo um ideário neoliberal com medidas como: privatização das estatais; terceirização; subcontratação dos empregados com perda de direitos trabalhistas; precarização das relações do trabalho, e por consequência uma desmobilização da classe trabalhadora.

A educação nesse modo de produção neoliberal torna-se uma educação mercantilizada, abordando a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, tendo como papel principal a reprodução da força de trabalho para o grande capital. O Estado intervém com uma política educacional que visa instituir mecanismos que induzam os professores a adequarem suas atividades inerentes à profissão conforme resultados estabelecidos pelos interesses do mercado. Com os novos caminhos traçados pela reforma educacional, o trabalho docente também passou por um movimento de reestruturação.

As demandas se tornaram cada vez maiores, frequentes e complexas, tornando o trabalho docente mais difícil e multifacetado. Exigindo dos profissionais uma atuação polivalente e multifuncional que evidencia uma sobrecarga e um desgaste físico e mental exacerbado. Muitos desses profissionais que persistem na profissão já apresentam sinais de adoecimento físico e psicológico.

Todo esse cenário sinaliza a necessidade de entender a saúde do trabalhador de uma forma mais ampla, cuja compreensão do lugar no qual o sujeito ocupa na produção capitalista é determinante para compreender seu processo de saúde/doença.

Diante de toda precarização do trabalho que assola a sociedade contemporânea e na compreensão que as relações de trabalho no contexto de sua organização interferem diretamente na subjetividade do trabalhador, se faz necessário a luta e a resistência constante para não somente a permanência dos direitos adquiridos, mas também que estes alcancem a todos os trabalhadores sem distinção.

Portanto, é fundamental ter o olhar crítico para os elementos que excedem ao adoecimento, e como o profissional capacitado e com uma visão crítica pode fazer a diferença, transcendendo os limites que a instituição lhe impõe. .

## Referências Bibliográficas

- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. São Paulo em perspectiva, 17(1): 3-10, 2003.
- ALVARENGA, E.; VIEIRA, E. P. e LIMA, M. M. OS impactos das políticas educacionais brasileira no trabalho docente. In: Anais do VI Seminário da REDESTRADO. Regulação Educacional e trabalho docente. Rio de Janeiro, 2006.
- ANDRADE, M. J. S. Saúde, Professor/a! Do adoecimento docente às repercussões na prática pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 191 p. 2007.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. – 14 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho – [2.ed.; 10.reimpr. ver. e ampl.]. – São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Lei 8112. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 12 dez. 1990.
- DECRETO Nº 10.163 - DE 09 DE MARÇO DE 2010. REGULAMENTA O INSTITUTO DA READAPTAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 26 DA LEI Nº 8710 DE 31 DE JULHO DE 1995.
- FREIRE, Lúcia M. de B. O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional- 3.ed.-São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, M. V. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. – 41. ed. – São Paulo : Cortez, 2014.
- \_\_\_\_\_, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. - 4 ed. – São Paulo: Cortez. 2010.
- Lei nº 8710, de 13 de julho de 1995. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Juiz de Fora, de suas autarquias e fundações públicas.
- MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri – 1 ed. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. O capital: Crítica da economia política: livro I/ Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant’Anna.-30° ed.- Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde / Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. 580 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.114)
- NETTO, J. P; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).



SILVA, G.L.F.S.; ROSSO, A.J. As condições do trabalho docente dos professores das escolas públicas de Ponta Grossa - PR. In: VII Congresso Nacional de Educação da PUCPR - EDUCERE e no III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas – CIAVE. 2008, Curitiba. Formação de 1: 495-536.

OLIVEIRA, D. A. A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação e Sociedade, V. 25, n. 89, 2004.